MAGAZINE EUROPA Catarina Domingues
20 de Fevereiro de 2018

I.

No ano passado, o mundo esteve mais perto de um conflito. É o que diz um relatório apresentado na Conferência de Segurança de Munique, que destacou a necessidade de consolidar a indústria de defesa da Europa.

E a pouco mais de um ano das eleições europeias, Jean-Claude Juncker defende a manutenção do sistema actual para a selecção do seu sucessor. O "Spitzenkandidat" é um processo que continua a suscitar dúvidas.

Ainda nesta edição: Na Alemanha, Martin Schulz propõe Andrea Nahles para a liderança do SPD. Partimos do caso alemão para reflectir sobre o futuro da social-democracia no continente europeu.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa!

No ano passado o mundo esteve mais perto de um conflito. A afirmação consta de um relatório lançado por ocasião da Conferência de Segurança de Munique, que se realizou entre 16 e 18 de Fevereiro na capital do estado alemão da Baviera.
Além da tensão entre Washington e Pyongyang, o relatóriointitulado *To the brink - and back?* nota que os Estados Unidos têm promovido uma visão política mais centrada no próprio país à custa da diplomacia e dos aliados tradicionais.
Esta mudança, reflecte o documento, significa que a Europa deve fazer mais pela sua própria segurança. A consolidação da indústria da defesa europeia seria crucial para fortalecer o continente, considera este estudo.

E desde Bruxelas temos connosco Victor Ângelo, antigo secretário-geral adjunto das Nações Unidas e consultor internacional, baseado na capital belga.

Victor, quais são as conclusões mais importantes deste relatório?
No ano passado, estivemos efectivamente mais perto de um conflito?
Na realidade, há uma corrida aos armamentos, por um lado, ou seja, as grandes potências globais estão a armar-se de uma maneira acelerada. É o caso da Rússia, é o caso da China e também é o caso dos Estados Unidos. Para além disso, há conflitos extremamente graves e para os quais não se vê solução: um deles é evidentemente o conflito à volta da Coreia do Norte. Para além

disso, nota-se que na Europa também há grandes tensões, e nomeadamente com a Rússia. O relacionamento da União Europeia e do mundo ocidental com a Rússia continuou por definir - continua, aliás, por esclarecer - e essa tensão com a Rússia também tem levado que uma linguagem mais baseada na força e na intervenção militar tenha ganho muita preponderância durante os últimos 12 meses.

Fica aqui a ideia de que a Europa tem de estar mais unida na questão da segurança.
Sim, embora esta questão da união dentro da Europa tenha levantado algumas objecções por parte do governo americano. Aliás, a principal mensagem que foi transmitida pelos americanos na conferência de Munique foi de que a defesa da Europa tem que passar pela NATO e não por uma defesa construída só com base nos europeus. A administração americana está extremamente preocupada com o facto de que na Europa há uma corrente que pensa que deve haver uma certa autonomia no que diz respeito à defesa do espaço europeu e essa autonomia tem que ser construída com base no desenvolvimento das forças de segurança e das forças armadas europeias e contar menos com o apoio norte-americano.

E quais são as grandes mensagens que saíram da conferência de Munique?
Há muita preocupação em relação ao revanchismo russo e que a questão da Ucrânia continua a ser uma questão muito importante para o mundo ocidental. Também foi muito claro que existe uma rivalidade muito forte – e provavelmente que poderá conduzir a uma luta aberta entre Israel e o Irão. Há uma grande preocupação em relação à situação de segurança no Sahel. E evidentemente os temas habituais do Afeganistão e da Síria também estiveram presentes na conferência de Munique. A questão fundamental, penso eu, em relação à conferência de Munique é de se dizer que a União Europeia tem que desempenhar um papel de moderação no meio de tantos conflitos como aqueles que acabámos de enumerar.

Temos ainda as declarações de Theresa May, que pediu um novo acordo de segurança para a União Europeia para a fase pós-Brexit. Vamos relembrar as palavras da líder do Reino Unido.

Theresa May, Primeira-ministra Reino Unido
(...) O tratado deve preservar as nossas capacidades operacionais, mas também deve respeitar a soberania dos sistemas judiciais britânico e europeu. Por exemplo, quando participarmos nas agências da União Europeia, o Reino Unido respeitará as atribuições do Tribunal de Justiça Europeu, mas será necessária uma solução

para respeitar também o nosso estatuto único de país externo com uma ordem jurídica soberana.

Victor, uma ruptura da actual cooperação teria - e aqui cito Theresa May - consequências reais nocivas?
Sim, certamente que a cooperação entre a União Europeia e o Reino Unido é uma cooperação muito importante, é um facto muito importante. O Reino Unido dentro do espaço europeu é provavelmente o país que tem o sistema mais eficiente de segurança, quer em termos de segurança interna, quer em termos de presença nas arenas internacionais. E é no interesse de todos e nomeadamente do interesse da Europa que este tipo de ligação entre os sistemas de segurança europeus e o do Reino Unido continue. Mas a verdade é que a mensagem que Theresa May queria fazer passar durante a conferência de Munique era muito clara, que era a seguinte: Nós estamos dispostos a continuar e a aprofundar a nossa cooperação de segurança com o resto da Europa, mas em contrapartida esperamos ter um Brexit suave, um Brexit que responda aos anseios do Governo e do povo britânico.

III.

E esta sexta-feira começa a Cimeira de Líderes da União Europeia. Em debate vai estar o método de nomeações para altos cargos da União Europeia, o *Spitzenkandidat*, como nos conta a jornalista Lina Ferreira.

As eleições europeias acontecem apenas em Maio de 2019, mas a Comissão Europeia diz que já é tempo de tomar decisões. Isto no que diz respeito, por exemplo, à escolha do próximo presidente da Comissão.
Jean-Claude Juncker não se vai recandidatar, já se sabe. Defende, porém, a manutenção do sistema de nomeação de cabeças de lista pelos grupos políticos do Parlamento Europeu.
O processo é denominado pela expressão alemã *Spitzenkandidat*. O método continua a suscitar reservas e mesmo oposição, nomeadamente do presidente francês Emmanuel Macron.
No discurso sobre o Estado da União de 2017, em Bruxelas, Juncker disse que esta experiência, adoptada pela primeira vez em 2014, quando o próprio foi eleito, deve prosseguir.
O presidente da Comissão é eleito pelo parlamento europeu sob proposta do Conselho Europeu, composto pelos chefes de Estado e de Governo da União Europeia, e tendo em conta os resultados das eleições europeias.
Anteriormente, o Parlamento dava o aval ao nome proposto pelo Conselho Europeu, mas este era escolhido pelos líderes europeus.

O português Durão Barroso foi o último presidente do executivo comunitário designado fora do método actual.

Victor, começava por lhe perguntar quais são as vantagens e as desvantagens da escolha de um Spitzenkandidat?
A principal vantagem é de que este método de escolha e de eleição do presidente da Comissão Europeia é um método muito claro. Torna-se presidente da Comissão Europeia quem for o cabeça de lista da família política que ganhar as eleições para o Parlamento Europeu.
Este método é defendido actualmente não só pelo Parlamento Europeu, mas por várias personalidades em Bruxelas, porque na realidade este método favorece a família conservadora que existe na Europa, ou seja, favorece os partidos da direita europeia. Neste momento, a direita europeia está em vantagem, tem muito mais votos, muito mais lugares no Parlamento Europeu do que as outras famílias, do que a família socialista, ou do que a família liberal. Já não falo evidentemente das extremas da direita ou da esquerda. Mas na realidade os conservadores têm a maioria no Parlamento Europeu e provavelmente quem vier a ser o cabeça de lista da família PPE, que é a família conservadora, a família de direita da Europa virá a ser o próximo Presidente da Comissão Europeia.

Que perfil deveria ter o sucessor de Juncker num cargo tão relevante?
Em Bruxelas já se fala nalguns nomes. Fala-se em Michel Barnier, o actual negociador do lado europeu em relação ao Brexit. Fala-se de Margrethe Vestager, que é uma comissária europeia que se ocupa da Competição e que é uma pessoa extremamente visível e é a pessoa que está por detrás das grandes multas contra as multinacionais americanas. Eu penso que falar de nomes e nomeadamente destes dois nomes nesta fase é extremamente prematuro, é demasiado cedo. Provavelmente a tradição de ir escolher um antigo primeiro-ministro ou um antigo Presidente da República vai continuar a ser praticada aqui em Bruxelas. Eu penso que neste momento os países nórdicos estariam muito interessados em que fosse alguém vindo dessa região e provavelmente irão fazer pressão para que seja ou uma pessoa da Finlândia, um antigo primeiro-ministro da Finlândia, ou então um antigo primeiro-ministro de um dos países bálticos. No entanto, neste momento ainda é demasiado cedo para se perceber exactamente de que lado irá cair a relação de forças.

E ainda na cimeira que começa na sexta-feira vão ser discutidas eventuais listas transnacionais. O Parlamento Europeu já rejeitou a ideia da criação destas listas, defendida, por exemplo, por Emmanuel Macron. O que é que está aqui em jogo?

A ideia seria de ter um Parlamento Europeu que fosse relativamente diferente dos parlamentos nacionais e não fosse pura e simplesmente uma fotocópia daquilo que nós encontramos nas diferentes capitais dos estados europeus em termos de regime parlamentar. As listas transnacionais teriam candidatos de vários estados-membros, seriam listas que representariam os interesses europeus em vez de representarem os interesses do país A ou do país B ou C. Outra característica destas listas seria que os sete primeiros lugares de cada uma das listas deveriam ser preenchidos por candidatos de nacionalidades diferentes para evitar que um país ou outro país tomasse uma posição de preponderância, mas a realidade é que neste momento não me parece haver condições políticas para que se avance com a questão das listas transnacionais, que se avance com a ambição de ter listas que vão para além dos interesses de cada um dos estados-membros.

IV.

Na Alemanha, Martin Schulz sai definitivamente da presidência do Partido Social Democrata. Schulz diz que o SPD precisa de ser renovado, como nos explica a jornalista da Antena 1 Sandra Henriques.

[Foi assim que Martin Schulz anunciou a decisão de se demitir da liderança do SPD. Martin Schulz disse que a saída do cargo obriga a um congresso extraordinário do partido, que vai decorrer a 22 de Abril, um Domingo, na cidade de Wiesbaden, perto de Frankfurt. No momento de deixar a liderança do Partido Social-Democrata alemão, Schulz apontou um nome para a sucessão: Andrea Nahles. Andrea Nahles foi eleita líder da bancada parlamentar do SPD no congresso do partido em Novembro. Antiga ministra do Trabalho com 47 anos, Nahles é uma figura consensual dentro do SPD. Ingressou no partido de centro-esquerda aos 18 anos. Formada em Literatura Alemã, Filosofia e Ciência Política pela Universidade de Bona, foi líder da Juventude Social-Democrata e faz parte da ala esquerdista do partido. É a ela que caberá agora revitalizar o SPD].

Começamos por esta escolha. O que dizer de Andrea Nahles, a primeira mulher que poderá vir a liderar o SPD?
Uma leitura em certa medida positiva, na medida em que, por um lado, Andrea Nahles é uma mulher com uma personalidade muito forte. Por outro lado, é a afirmação, digamos assim, da paridade entre homens e mulheres dentro do partido social-democrata alemão e também o facto de que Andrea Nahles é uma excelente oradora. Também tem um inconveniente que é evidentemente uma senhora que está há muito tempo na política e para muitos dos

mais jovens a sua nomeação como dirigente do SPD aparece como mais do menos, ou seja, não dá ideia de renovação.

E com esta crise no seio do SPD, podemos também reflectir aqui sobre o futuro da social-democracia. E cito apenas um artigo publicado este ano pelo *Vox Europe*, que refere que em quase toda a Europa a social-democracia e os partidos socialistas estão a perder apoio. Na Alemanha, França, Holanda, Republica Checa...Victor, a democracia social europeia está a lutar para sobreviver?
A democracia social europeia em geral tem sofrido um declínio em termos de apoio eleitoral, não só nos países que acabaste de mencionar, mas também nos próprios países nórdicos que eram o berço da social-democracia. Também em França, por exemplo, o que aconteceu o ano passado foi muito claro em termos da força que o partido socialista perdeu. O candidato presidencial apoiado pelo Partido Socialista francês Benoit Hamon conseguiu apenas 6% dos votos e depois nas eleições legislativas o mesmo partido socialista francês não foi além dos 7%, ou seja, a questão não era apenas de que o eleitorado não gostava de Benoit Hamon, a questão era de que há neste momento uma transferência de votos dos eleitores que tradicionalmente escolhiam o Partido Socialista para outros partidos. Aquilo a que temos assistido é uma transferência desses votos para os partidos mais à extrema – partidos da extrema-esquerda, mas também alguns partidos da extrema-direita, e também para partidos de inspiração cidadã e ambientalistas. A social-democracia europeia aparece para muitos eleitores como mais do mesmo, ou seja, como o partido da continuidade, quando na realidade a população europeia quer um novo tipo de liderança política.

E que renovação é que é necessária a esses partidos?
Eu penso que esses partidos sociais-democratas têm que voltar às origens e voltar a ser os partidos, digamos assim, dos cidadãos, que têm uma posição mais desfavorável e estão, em certa medida, com muitas dificuldades e com muita precariedade nas sociedades europeias. A precariedade é, aliás, uma das grandes características actuais da situação social na Europa e os partidos sociais-democratas têm que ser os partidos que vão lutar e que devem lutar contra a precariedade. Também é verdade que os partidos socialistas e os partidos sociais-democratas perderam bastante no sentido de que eram partidos em que a classe operária, os trabalhadores industriais eram a sua base de sustentação política e neste momento nós assistimos na Europa a uma transformação dos sectores produtivos e cada vez menos há a existência de classes operárias ou de trabalhadores industriais. E esses eram

tradicionalmente, digamos assim, os apoiantes dos partidos socialistas e dos partidos sociais-democratas.

V.

Acabámos de ouvir Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa.
E esta semana no nosso apontamento cultural, dizemos-lhe que são seis os trabalhos portugueses a concorrer à Berlinale, Festival Internacional de Cinema, que este ano se realiza ate 25 de Fevereiro.
O realizador João Viana tem uma dupla participação: a juntar à curta-metragem "Madness", apresenta a longa "Our Madness" na secção "Fórum". O filme olha para Moçambique; conta a história de um filho que retira a mãe de um hospital psiquiátrico para a levar ao pai, que está numa zona de confronto militar.
Na secção "Fórum" está ainda "A Árvore", de André Gil Mata e "Mariphasa" de Sandro Aguilar.
Ainda na secção de curtas David Pinheiro Vicente apresenta "Onde o verão vai (episódios da juventude)" e João Salaviza e Ricardo Alves Jr. assinam o filme "Russa". ´
Esta semana ficamos por aqui, voltamos na próxima terça-feira.

[ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus + Estamos no Facebook em Magazine Europa.